

ANEXO

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DOS DEPUTADOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DEPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Setembro/2013 a Agosto/2014)	
	LÍQUIDAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DEPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.686.726.817,31	116.942.000,00
Pessoal Ativo	2.416.470.182,45	71.645.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.270.256.634,86	45.297.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	583.952.415,52	86.242.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	19.419.548,52	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	22.942.729,38	86.242.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	541.590.137,62	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.102.774.401,79	30.700.000,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		3.133.474.401,79

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	676.655.840.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,463082
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (1,210000%)	8.187.535.664,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (1,149500%)	7.778.158.880,80
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (1,089000%)	7.368.782.097,60

Fonte: SIAFI, MF/STN, 9/set/2014, 10h.

Nota nº 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota nº 2: Durante o exercício, foram cancelados restos a pagar no valor de R\$3.698,50, os quais haviam sido inscritos à conta de indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária.

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA
Diretor-Geral

RICARDO SOARES DE ALMEIDA
Secretário de Controle Interno

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor de Finanças, Orçamento e Contabilidade